



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 16/04/2024

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS.RJ), no período das catorze horas às dezesseis horas no Auditório do SINDSPREV, Rua Joaquim Silva, 98A – Lapa. Entidades representantes dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS): conselheiro Abílio Valério Tozini (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM-RIO); conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Celso dos Reis (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheira suplente Maria de Fátima Gustavo Lopes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheiro Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ); conselheiro Victor Yuri de Oliveira (Sindicato dos Empregadores de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro/RJ – SIEMACO-RIO); conselheiro suplente Eduardo das Neves Simplício (Sindicato dos Empregadores de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro/RJ – SIEMACO-RIO); Entidades representantes dos Profissionais de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS): conselheiro Edmilson Soares dos Reis (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ); conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Haydee Barreto Lopes (Associação dos Funcionários do Instituto do Câncer – AFINCA). Entidades representantes dos Gestores/ Prestadores de Serviços de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS): conselheira Emanuelle Pereira de Oliveira Correa (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Fabíola Andrade Rodrigues (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Clema dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Carmem Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias

de Assistência ao menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD). Representantes Usuários dos Conselhos Distritais de Saúde – CDS: conselheiro Denis da Costa Neves (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira Nancy dos Santos Senhor (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheira Angela Maria Alves Barbosa (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1) e conselheira Luciana Ramos Guerra (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Coordenação dos Trabalhos. Presidência do Conselho: conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes. Auxílio à Coordenação. Comissão Executiva: conselheiro Rene Monteiro de Almeida Júnior, conselheiro Abílio Valério Tozini, conselheira Angela Maria Alves Barbosa, conselheiro Wagner Gomes Bezerra, conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento, conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal e conselheira Emanuelle Pereira de Oliveira Correa. Moderadora - Secretária Executiva: Lúlia de Mesquita Barreto. Pauta do Dia. 1. Deliberação da Ata: 12/12/2023. 2. Deliberação dos Processos: 09/000982/2023. Assunto: habilitação em Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional do Hospital Municipal Miguel Couto (AP 2.1); 09/001505/2023. Assunto: habilitação de 20 (vinte) leitos de UTI Adulto Tipo II do Hospital Miguel Couto (AP 2.1); 09/001514/2023. Assunto: habilitação de 03 (três) leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Canguru (INCA) do Hospital Municipal Pedro II (AP 5.3) – 5 minutos; 3. Deliberação do Regimento Interno da Comissão Executiva (Mandato 2024) – 10 minutos. 4. Deliberação para indicar Conselheiro titular e suplente do segmento Usuário para o Comitê de Ética e Pesquisa da SMS Rio – 10 minutos. 5. Deliberação para indicar Conselheiro titular e suplente para o Comitê Estadual do Fórum Nacional de Saúde/CNJ da 23ª Vara Federal do RJ (OF. JFRJ-OFI-2024/00357) – 10 minutos. 6. Deliberação para indicar Conselheiro titular e suplente do segmento Usuário no Conselho Estadual de Saúde do RJ (Of. CES-RJ nº 70/2024) – 10 minutos. 7. Deliberação para indicar um Conselheiro para compor o Comitê de Ética do Centro Universitário do Colegiado do IBRM – 10 minutos. 8. Apresentação e Deliberação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária 2024 – 40 minutos (20 minutos para apresentação e 20 minutos para perguntas). 9. Apresentação e Deliberação do Plano Municipal de Contingência e Arboviroses (Dengue, Chikungunya e Zika – 2024/2025) e Plano de Contingência de Desastres Naturais 2024. Obs: Esse ponto foi transferido para a próxima reunião.– 40 minutos (20 minutos para apresentação e 20 minutos para perguntas). 10. Apresentação do Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação das Ações de Proteção à População em Situação de Rua, Projeto ‘Seguir Em Frente’ - 40 minutos (20 minutos para apresentação e 20 minutos para perguntas). 11. Comissão de Educação Permanente. 12. Informes das Comissões

Temáticas do Conselho Municipal de Saúde RJ – 10 minutos. 13. Informes dos Conselhos Distritais de Saúde – 10 minutos. 14. Informes do Presidente do Colegiado – 5 minutos. 15. Informes da Secretaria Executiva – 5 minutos. 16. Informes da Gestão da SMS – 5 minutos. 17. Informes do Colegiado – 5 minutos por conselheiro. A reunião foi iniciada às 14 horas e 30 minutos com quórum previsto no Regimento Interno do CMS/RJ. A **conselheira suplente Maria de Fátima Gustavo Lopes e ex-presidente do Conselho Municipal de Saúde** abriu a reunião informando que estará presente e fará mais amigos. Enalteceu a memória do seu falecido esposo, Senhor Nereu Lopes sobre o SUS e, em seguida chamou o atual **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, o Senhor Osvaldo Sérgio Mendes** para iniciar os trabalhos. Aplausos!! A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** informou que essa é a primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde com início do Quadriênio 2024-2027. A **conselheira Maria Angélica de Souza** solicitou um ponto de pauta, pois esqueceu de enviar. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** respondeu que depois de sua fala a conselheira poderá falar. Prosseguindo, relatou as enormes dificuldades que passou para construir esse momento. Informou que deseja realizar duas reuniões ainda nesse mês de abril devido ao acúmulo dos pontos de pauta. Salientou que a próxima reunião acontecerá até o final do mês. O **Presidente Osvaldo Sérgio Mendes** informou que assumiu o cargo de Presidente do CMS.RJ e chamou o seu substituto e membro da Comissão Executiva, o **conselheiro Rene (usuário)** para compor à Mesa. Chamou ainda o **conselheiro Abílio Valério Tozini (usuário)**. Nesse momento, o Presidente do CMS.RJ disse que, se os membros do Controle Social não estiveram afinados com o trabalho, corremos o risco de perder o SUS que nós queremos. Temos que defender o SUS para que consigamos atender melhor o nosso povo lá na ponta, atender sempre com qualidade, com respeito e com dignidade. Se os nossos dez Conselhos Distritais de Saúde não tiverem esse foco, o CMS.RJ vai se perder também. Então esse é um papel fundamental que temos que ter nesse momento. Então não poderia deixar de falar isso porque a Comissão Executiva do CMS.RJ e os presidentes de cada Conselho Distrital de Saúde precisam trabalhar no coletivo, isto é, com as dez AP's sintonizadas para fazer um bom trabalho. Estão aqui alguns processos que os senhores e senhoras precisam tomar conhecimento, justamente para fazer uma boa votação para que possamos devolver a Secretaria Municipal de Saúde aquilo que nós queremos e não o que eles querem. Desejo agradecer a todos e todas, mas entendo que temos que trabalhar em conjunto e no coletivo; não fazer fofocas como já fizeram do CDS anterior. Isso é muito ruim é a destruição do coletivo. Portanto, não teremos esse tipo de coisa no coletivo. Aplausos! O **conselheiro Rene Monteiro** agradeceu aos que confiaram os seus votos e que nós faremos esse trabalho. O **conselheiro Abílio Tozini** agradeceu aos usuários que deram os votos necessários para estar na Comissão Executiva. Disse retribuir honrando essa confiança e garantir que a voz do CMS.RJ, no seu caso seja a voz dos usuários os quais representa o segmento aqui e com o fortalecimento dos

Conselhos Distritais de Saúde como foi dito pelo Presidente do CMS.RJ. Disse ainda que será a voz dos usuários para fortalecer os dez CDS. Aplausos! A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** iniciou a leitura da pauta. Em seguida a **conselheira Maria Angélica** retirou o seu ponto de pauta. Porém, disse que pediu uma inclusão de pauta porque não viu aqui na pauta a relação da CIST. Também quanto a questão da deliberação da indicação de um conselheiro como suplente do Conselho Estadual de Saúde. Disse ainda que pediu essa fala, pois quando chegar um tempo o tema: 'Conselho Estadual de Saúde', que vai se manifestar, mas como a CIST não está aqui relacionada gostaria que fosse incluída na próxima pauta a 'Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador', independente das questões que são levadas, mas para termos a oportunidade de prestar esclarecimentos porque senão ficará difícil. É uma situação que está externa e a gente dentro do nosso Colegiado e os conselheiros na primeira reunião do Colegiado, depois de seis meses, praticamente, sem ação por medida do Ministério Público. Como foi eleita coordenadora de ir com vontade e com responsabilidade e representar todos os membros da Comissão e o próprio Colegiado. Por isso, gostaria da inclusão na próxima pauta a CIST. O **Presidente Osvaldo Sérgio Mendes** respondeu que a pauta de hoje está fechada e que vai até a décimo ponto. O ponto da CIST ficará para a próxima reunião ordinária. Nós faremos essa discussão na plenária do mês que vem. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** respondeu que a Comissão Executiva se reunirá no início do próximo mês para incluir esse e outros pontos na reunião do mês de maio. Agora, vamos colocar a pauta de hoje em votação, conforme o Senhor Osvaldo falou. A **conselheira Maria Angélica** disse que nesse caso retira a ação cruzada pela justificativa. O **conselheiro Abílio Tozini** informou que a Comissão Executiva se reuniu alguns dias atrás com uma pauta muito extensa. Nós decidimos dividir a pauta e utilizamos como critério para escolher os pontos de hoje aqueles que tem mais urgência e que estavam a mais tempo sem resposta. Então vamos acelerar para dar conta do recado hoje. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** colocou em votação a Pauta que foi aprovada por maioria simples. **Ponto um**: Em seguida colocou em votação a ata de 12/12/2023 que foi aprovada por maioria simples. **Ponto dois**: Deliberação dos Processos: **09/000982/2023**. Assunto: habilitação em Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional do Hospital Municipal Miguel Couto (**AP 2.1**); **09/001505/2023**. Assunto: habilitação de vinte leitos de UTI Adulto Tipo II do Hospital Miguel Couto (**AP 2.1**) e **09/001514/2023**. Assunto: habilitação de três leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Canguru (INCA) do Hospital Municipal Pedro II (**AP 5.3**). Prosseguido, informou a plenária que a votação será em bloco. Colocado em votação os processos foram aprovados por maioria simples. Informou ao plenário os processos estão disponíveis para o conselheiro que desejar consultá-los. **Ponto três**: A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** fez a leitura do Regimento Interno da Comissão Executiva (Mandato 2024), utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. O **Presidente Osvaldo Sérgio Mendes** disse

que é o nosso Regimento e como falou anteriormente, nós precisamos caminhar com esse Regimento porque é de fundamental importância. Nós temos que saber que somos um: Conselho Distrital de Saúde, CMS.RJ, usuários, profissionais e gestores. Como falou na reunião da Comissão Executiva, esse é um ponto em que deveremos ficar atentos na condução dos trabalhos para que não sejamos atropelados por esse tempo grande. Porém, temos uma grande pauta para os nossos usuários para que possamos ter uma boa gestão para o nosso segmento. Que bom sermos atendidos nos nossos CAPS. Acrescentou que falará com os presidentes porque temos que estar alinhados durante esse tempo para os nossos usuários. Nossos CAPS vão virar campanha, entre e sai do CMS.RJ. Isso terá união entre o porteiro municipal e do usuário a vitória de quem será. Nós temos certeza. Muito obrigado. Aplausos! Em seguida foi colocação em votação o Regimento Interno da Comissão Executiva (Mandato 2024), que foi aprovado por maioria simples. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** passou para o **Ponto Quatro**: Deliberação para indicar conselheiro titular e suplente do segmento Usuário para o Comitê de Ética e Pesquisa da SMS.Rio. A conselheira Angela Maria apresentou-se para ser a titular. Colocado em votação o pleno referendou a indicação da conselheira. Como não houve a indicação do suplente ficará para a próxima reunião. **Ponto Cinco**: Deliberação para indicar conselheiro titular e suplente para o Comitê Estadual do Fórum Nacional de Saúde/CNJ da 23ª Vara Federal do RJ (OF. JFRJ-OFI-2024/00357). O pleno após ser consultado referendou os nomes das conselheiras Maria Clara Migowski Pinto Barbosa e Maria de Fátima Bewnincza dos Santos por estarem participando do Comitê desde o último quadriênio. **Ponto Seis**: Deliberação para indicar conselheiro titular e suplente do segmento Usuário no Conselho Estadual de Saúde do RJ. A **conselheira suplente Maria de Fátima Gustavo Lopes** pediu uma Questão de Esclarecimento: com a palavra disse que essa representação no Conselho Estadual de Saúde é para que o CMS.RJ seja representado na Metropolitana I, que tem onze municípios da Baixada e o Rio de Janeiro-Capital. Então essa pessoa tem que participar de todas as reuniões da Metropolitana I, que acontecer uma vez por mês. Os municípios que compõe precisam participar, pois caso contrário receberão falta e também tem a reunião do Conselho Estadual para representar o CMS.RJ. Nesse momento, a **conselheira Maria Angélica de Souza** pediu para falar. Porém a **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** respondeu que não poderia pois o Conselho Estadual de Saúde notificou o CMS.RJ através de ofício às ausências do representante. A **conselheira Maria Angélica de Souza** disse que estava, nesse momento, como representante do CMS.RJ como suplente. Relatou que a nossa vaga no Conselho Estadual; o município do Rio de Janeiro tem suplente. Disse que as reuniões da Metropolitana I são realizadas fora do município do Rio de Janeiro e que por isso, não temos suporte para participar dessas reuniões e que precisamos da ajuda dos parceiros enquanto eles estavam no Conselho Estadual por causa de ausência em várias reuniões e por causa do recurso próprio para sair do município para outro. Os CDS e o CMS.RJ estavam em

mudança de quadriênio o que impossibilitou de participarmos das reuniões. Disse ainda que não participou das reuniões do Conselho Estadual porque não tinha representação oficial para estas representações. Então como poderia participar de um Colegiado se o Ministério Público não reconhece o CMS/RJ. O bom senso e experiência não pode participar. Mediante a sua atitude, algumas não tomou conhecimento oficialmente do CMS/RJ, falando das questões da não participação nas reuniões do Colegiado. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** agradeceu a conselheira Maria Angélica de Souza pelo esclarecimento, mas devido a mudança do Quadriênio precisamos atualizar as representações do Colegiado. Por isso, acatamos o voluntariado do conselheiro Victor Yuri como candidato e que seja bem-vindo. Colocado em votação sua candidatura para representar o CMS.RJ no Conselho Estadual de Saúde foi aprovada pela maioria simples. **Ponto Sete:** Deliberação para indicar um conselheiro para compor o Comitê de Ética do Centro Universitário do Colegiado do IBRM. A plenária após consultada decidiu trazer esse assunto para a próxima reunião. **Ponto Oito:** Nesse momento, a **Dra. Sylvia Ripper** iniciou a apresentação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária 2024, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Em seguida foi aberto o ciclo de perguntas. O **Senhor Claudio Santos** disse para a palestrante que a construção do Plano Municipal conta com a participação da Sociedade Civil na elaboração porque esses planos são feitos por pessoas técnicas como a Senhora. Mas veem de certa forma e passa pelos Conselhos Distritais de Saúde que é uma forma de colaborar. Vemos na Cidade do Rio de Janeiro alimentos vendidos nas ruas. Tanta coisa que daria com a legibilidade do trabalho. Por isso, o Plano Municipal deveria ser construído com a participação da Sociedade Civil. Estão aqui os recursos que veio, mas pelo menos também tem o retorno. Agora, se essas metas que a Senhora apresentou no Plano Municipal; quais as que estão cumpridas e as que não estão? Quais as dificuldades ao longo daquele ano que encontrou para apresentar? Se a Vigilância Sanitária acompanhou a instalação desses serviços? A Senhora pode fazer uma visita ao restaurante popular de Bonsucesso, pois o teto está caindo e cheio de infiltrações nas paredes, isso quando se faz comidas e manipulação de alimentos. A **Dra. Sylvia Ripper** perguntou se é do município do Rio ou do Estado. O **Senhor Claudio Santos** respondeu que é conveniado entre Estado e o município do Rio de Janeiro a administração do restaurante. Tem que ter visitas nesses restaurantes populares porque a estrutura é precária. A **Dra. Sylvia Ripper** respondeu que a questão da Sociedade Civil é exatamente a gente montar o plano e apresentar para o CMS.RJ, que pode fazer mudanças ou aprovar como achar melhor. Isso foi apresentado no CMS.RJ e foi discutido na Comissão Executiva. Então qualquer questão a gente aguarda a devolutiva, porque só consideramos o Plano finalizado depois de aprovado pelo CMS.RJ na íntegra ou com alguma tendência. Em relação as metas, nós temos esse plano, mas ele está coadunado com a metas do Plano Plurianual da Prefeitura. Tudo está ordenado com as metas do SISPACTO que é outra pactuação feita pelo Estado do Rio de Janeiro. Começa o Plano Municipal de Saúde, quando

no final do ano é feito o Relatório Anual de Gestão, que são prestadas as contas dessas metas para ir quadrimestralmente como todas as unidades de saúde para fazer uma prestação de contas, por conta da Lei Orçamentária que passa pelos Senhores e, é apresentado na Câmara dos Vereadores. O Governo Federal faz inspeções periódicas e não fica o tempo todo, pois é mais atribuição do Governo Estadual fiscalizar o município do RJ. Em relação em “Seguir em Frente”, a Vigilância Sanitária participou de um projeto daquele Centro em Cascadura de como organizar com mais equipes para tentar e que vão às ruas acolher a população em situação de rua para tentar explicar a eles que terão uma melhor condição nos abrigos. Tem gente da Vigilância Sanitária nessas equipes, inclusive participou do Projeto “Seguindo em Frente”. Em relação ao restaurante, se você tem uma proximidade faça uma denúncia pelo 1746, pois que irá olhar também até porque o restaurante é do serviço público para ver se foi encaminhado, mas não precisa se identificar. Basta informar o endereço do restaurante porque é uma reclamação e não tem problema se está vinculado ao serviço público e isso vai gerar uma reclamação que vai para a Vigilância Sanitária e entra uma programação dos fiscais que atende as denúncias. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** informou que a primeira Associação de Moradores não está atendendo para comunicar-se. Elogiou a atendente e por extensão a Vigilância Sanitária. Disse que não temos todos estabelecimentos com higiene perfeita. Pediu que a Dra. Sylvia Ripper apresente para nós o que tem de mais críticos que recebe, por exemplo, a associação de moradores para colher os caramujos africanos já que podem transmitir doenças. Também a “salmonela”, que por vez aparece aqui e deixa muita gente com muita dor de barriga; trabalhadores ficam afastados, além das refeições feitas em situação precária. Que retorne ao CMS.RJ para fazer uma apresentação para ajudar a assimilar para que possamos ajudar a conscientizar a população pelo bom senso da Vigilância Sanitária. O **Presidente Osvaldo Sérgio Mendes** pediu um aparte e alertou os conselheiros o favor de fazer silêncio porque o barulho atrapalha muito a palestrante. Nós precisamos ouvir e ter ouvido de ouvir. Nós precisamos entender o que está sendo dito aqui na frente. A Mesa aí por favor, por gentileza. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** já enfatizado alertou que o auditório não tenha na parede um sistema que absorve a fala. Por exemplo, o uma conselheira está falando lá no fundo e ouvimos aqui na mesa com clareza. Então se todos fizerem silêncio ajuda a ficar um ambiente mais acolhedor. O **Presidente Osvaldo Sérgio Mendes** agradeceu e pediu silêncio mais vez. Prosseguindo, a **Dra. Sílvia Ripper** disse em relação ao bom senso, a Vigilância é uma realidade e a tolerância tem um limite, pois quando é uma situação crítica, quando tem e fazem promoções de produtos de iorgurte, que já estavam vencidos, de carne de frango em pedaços direto no tabuleiro sem dizer de onde e sem estar embalado. Tem coisas críticas que a gente vê e que a população até compra, pois está numa situação de maior pobreza o que é oferecido se formará, mas isso a gente tem que intervir e não tem jeito mesmo porque com certeza aquele alimento está contaminado. Disse que o processo da Vigilância Sanitária está sempre indo aos estabelecimentos críticos e

falando e tentando fazer com que os responsáveis evoluam, melhorem o estabelecimento, faz um investimento aqui e outro ali, aquilo que é possível. É uma situação que pode ser controlada, o administrado não vai levar um risco imediato. E aí faz um termo de Intimação e dá sessenta dias. O dono do estabelecimento arruma, igual está lá. E a gente vai vendo. Agora existem situações que infelizmente é muito risco, aí a gente tem que intervir e recolher o alimento e inutilizá-lo. Então as vezes, até pessoas que falam que a Vigilância Sanitária desperdiça comida que poderia ser usada, mas esse é o nosso papel, entenderam. Sim é uma opção de algumas pessoas de conciliar tudo irregularmente, em uma situação quando a Vigilância Sanitária não está vendo, a gente não tem como controlar a iniciativa individual de cada pessoa, mas se vier a denúncia e a gente for e estiver a situação dada ali, a gente vai utilizar o alimento sim porque nós somos o Estado do Rio de Janeiro, que tem por obrigação proteger a saúde da população. Nesse caso está escrito na Constituição. Informou que se não tem jeito tem que inutilizar os alimentos, que estão sob risco, podres, fora da validade, além de bactérias. E se a gente não fizer e um núcleo populacional adoecer, o Ministério Público e a população vão cobrar: “o que estavam fazendo, que ninguém viu essa situação aí”. Em relação aos pontos críticos, por exemplo, algumas coisas, como o caramujo que é da Vigilância Ambiental, da SMS, são coisas que estão resolvendo. É a Patrulha Ambiental da Secretária do Meio Ambiente. Por exemplo: o caramujo é com a Comlurb e o pessoal da Vigilância Ambiental. Abelha é com o pessoal da Patrulha Ambiental. E “salmonela” é com a nossa Vigilância Sanitária. O problema é que as pessoas ficam doentes e não notificam, não ligam para dizer que teve um surto e as vezes a SMS não identifica também porque a pessoa fica em casa dando o seu jeito e com diarreia, ninguém sabe o que aconteceu, pois não podemos investigar. Então solicito aos Senhores que podem falar com todos os que conhecem. Se tiver doença de diarreia porque comeu uma coisa fora de casa ou comprou algum produto que é suspeito pode ligar para o 1746, mesmo que só tenha um doente, pois basta ter o endereço e o nome do produto e não precisa se identificar. Quanto mais notificações a gente receber, mais a gente vai conseguir ir lá no estabelecimento verificar o que está acontecendo e conseguir os flagrantes das situações irregulares. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** chamou o **conselheiro Roberto Oliveira** que indagou quantas às reclamações que terá de fazer para um morador. A **Dra. Sylvia Ripper** respondeu que é só uma reclamação no 1746 e aí o Senhor vai acompanhado se está agendado ou se foi para o Órgão. Se eventualmente não for atendido porque 1476 tem todo um ordenamento já que determinados tipos de relação, atende em 24 horas, outros em 72 horas e em outros em uma semana. Depende deles classificar por situação crítica. E se demorar faça de novo não tem problema. O 1746 é para isso mesmo porque fica registrado no Sistema e também quando a gente for teremos um histórico e isso dará base para autuar, entendeu. O estabelecimento é reincidente e não é a primeira vez que está cometendo a infração. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** acrescentou que ficam registrados as queixas. A **Dra. Sylvia Ripper**

respondeu que tem que registrar tudo e vai reclamando. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** disse que como não existem mais perguntas colocará em votação o Plano de Ação da Vigilância Sanitária 2024, que foi aprovado por maioria simples. Aplausos! A **Dra. Sylvia Ripper** disse que agradece muito aos Senhores pela aprovação e a boa vontade do CMS.RJ. Muito Obrigada! **Ponto Nove:** A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** informou que a Apresentação e Deliberação do Plano Municipal de Contingência e Arboviroses (Dengue, Chikungunya e Zika – 2024/2025) e Plano de Contingência de Desastres Naturais 2024 ficará para a próxima reunião ordinária. **Ponto Dez:** Nesse momento, o **Dr. Hugo Fagundes** deu início a Apresentação do Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação das Ações de Proteção à População em Situação de Rua, Projeto “Seguir Em Frente”, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao término foi aberto o ciclo de perguntas. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** perguntou quem já chamou o “rabcão” duas vezes para a pessoa que amanheceu morta no táxi? Sabia que o prefeito tem razão, pois não pode deixar a pessoa morrer na praça. O prefeito delegou, mas quem fala que o prefeito errou em relação a internação compulsória é porque não viu a realidade da pessoa chegar em situação de abandono para amanhecer morta com uma garrafa de “buchudinha” do lado. Essa pessoa tem o direito de escolher se quer continuar na rua. Ela precisa ser tratada. Outra questão é da tuberculose; a pessoa precisa ser internada para se tratada, mas ela não escolheu ser tratada, mas se ela ficar lá estará com o bacilo da tuberculose, o que pode contaminar outras pessoas que moram perto daquela calçada. Outra questão: já aconteceu comigo, então recomendo chamar o SAMU. Caso pergunte se é morador de rua, oriento a dizer que não. Melhor falar que é um transeunte que caiu. Esse morador de rua não vão tratar. Já aconteceu a tentativa comigo e oriento os vizinhos como Presidente da Associação de Moradores. Não diz que é morador de rua, diz que é um cidadão e aí eles irão buscá-lo. Nessa situação precisamos chamar de volta para a Mesa de conversa, o Dr. Hugo Fagundes. A outra questão: os moradores em situação de rua; ontem fui com a prefeitura conversar com três porque não vão para o abrigo. Tem que mudar esse cenário porque não querem! Eles precisam de uma estrutura decente. Precisam de armários para colocar os seus objetos. O que eles querem é mudar. Precisa dizer para eles que mudou. O **conselheiro suplente Eduardo Simplício** disse que gostou muito do tema e confessa ao Senhor, Dr. Hugo que a inclusão é uma coisa que lhe preocupa muito. Então estará aqui fazendo algumas sugestões diante do que foi exposto por seu trabalho maravilhoso. Deveria fazer parcerias, justamente do setor público para inserir essas pessoas no que foi mostrado aqui no seu gráfico e prestará muita atenção que talvez a cura esteja na socialização, que é o trabalho dessas pessoas. Então esses contratos que são feitos pela Prefeitura com prestadoras de serviços na área de limpeza, principalmente, uma parte poderia ser inserida dentro do Programa, o que poderia ser previsto dentro do contrato com o município. Disse que vê como preservar! Outra coisa, temos lá no Sindicato do Asseio e Conservação um curso chamado pacote onde tem a

representante do patronal e do trabalhador. Vocês poderiam ter ido na SIEMACO como está começando e pode inserir essas pessoas, que acha de grande relevância. Muito agradecido. Aplausos! O **Senhor Claudio Santos** disse que precisam ter um pouquinho de paciência. Informou que vem acompanhado esse Projeto há um bom tempo. Que é do Fórum Permanente sobre População em Situação de Rua e que vem acompanhado as buscas, mas que dará mais informações aos senhores. Prestem atenção, pois todos tem representação aqui. Não foi apresentado pelo governo um quantitativo de pessoas que são atendidas na primeira fase até o final. Foi uma apresentação e não disse quantos pessoas foram beneficiadas. Que não foi dito que esses lugares em Cascadura e outros lugares onde estão seiscentas pessoas amontoadas em Cascadura, editando essa política manicomial de colocar seiscentas pessoas lá. Isso foi o que não disseram. Quem disse isso foi o Secretário Municipal de Saúde Soranz na Audiência Pública que teve na Câmara Municipal e estava lá com uma “claque” acompanhando-o. Então ele disse para o Promotor e peço aqui para o CMS/RJ que convide o Promotor que fez o Relatório a respeito desses programas para terem ciência da quantidade de irregularidades que esse Programa apresenta. Vou citar aqui somente em relação ao que está sendo discutido. Esse Decreto que criou o Projeto foi aprovado no dia vinte de dezembro do ano passado. Tinha CMS.RJ, não! Tinha Conselhos Distritais da Saúde, não! Foi aprovado a toque de caixa porque o município estava; embora no Supremo Tribunal Federal, na ADPF, Lei nº 976. Nós denunciemos a falta de transparência do Programa e a falta de recursos que está sendo empregado nesse Programa sem qualquer transparência, sem qualquer diálogo com a sociedade, sem qualquer diálogo com o Conselho Municipal de Assistência e sem qualquer diálogo com o CMS.RJ. Essas vozes foram montadas do dia para a noite. Montaram sem qualquer discussão com a sociedade com as pessoas de situação de rua e com alguns movimentos que representam a população de situação de rua. Os Senhores podem olhar que nenhum desses slides aqui apresenta números, só apresenta rápido. Quem foi à Câmara Municipal e viu a “claque” do Secretário Soranz, levando pessoas de van para ocupar as galerias da Câmara Municipal; não caíam nessa, os Senhores são conselheiros. O Promotor do Ministério Público junto com a sua equipe fez um estudo sobre esse Programa e isso caracterizou totalmente essa discussão de CAPS. Existem CAPS para seiscentas pessoas até porque o atendimento lucra. Da Saúde Mental é territorializado, enquanto isso aqui no Centro do Rio não tem nenhum um CAPS. É um “centrobol” precarizado. Na região da 3.3 é um Consultório na Rua para não sei quantos Bairros e aí a gente viu lá. O Senhor estava lá presente e tinha na sua frente um Senhor que apresentou e estava com o Soranz da turma do Secretário. O que a gente vê é vergonhoso um secretário falar que não vai cumprir ordens judiciais. Que não respeita o promotor, que não respeita o juiz e que vai atender a população de situação de rua com seiscentas pessoas. Que tinha quatrocentas pessoas na audiência, depois a gente viu que era quatrocentos e poucas. Todos sabem que está chegando o G-20 e já vimos isso nas Olimpíadas de 2016; na Copa do Mundo de 2014 a

higiene da cidade. Aqui e ali a gente já sabe e já estava no jornal, mas acabou a eleição, acabou o Programa. O que os Senhores não sabem é que aqui está dizendo que 67% da população em situação de rua tem ocupação. Sabemos que é uma lei, a municipal 6.355 de 14 de maio de 2018 e que cinco por cento das vagas em obras e serviços públicos para a população de situação de rua. Essa lei não foi regulamentada. Tem uma Lei 6.350 de 2018 que prevê que a política municipal faça isso para a população em situação de rua, de ter um Comitê com paridade do Governo, de sete representantes da Sociedade Civil, mas a lei não saiu do papel. O governo quer fazer o que quer, não quer sentar na Mesa com o morador de rua para ouvir dele em situação de Rua, mas eles querem que os moradores em situação de rua saiam do Rio de Janeiro. Isso tudo é um retrocesso. O **Dr. Hugo Fagundes** informou que começou a trabalhar ao final dos anos oitenta. O Rio de Janeiro tinha cinco mil necessitados e tínhamos treze hospitais privados contratados, mais os nossos hospitais federais, sendo todos da capital do Rio de Janeiro, nós fechamos eles. O Rio de Janeiro tem o maior programa de serviço de atenção por Área de Planejamento (AP) do país. Nós temos noventa e nove Residências Terapêuticas. Temos quinhentos e sessenta e sete pessoas egressas de manicômios vivendo sob cuidado. Por isso, não venham me dizer o que estou fazendo é manicomial porque poderia ensinar uma vida inteira e os senhores sabem disso. Passei uma vida inteira trabalhando para fechar os hospícios da Cidade do Rio de Janeiro para construir alguns abrigos. É fato que nós temos na cidade que tem um apelo turístico, sim! Tem sim um clamor dentro de uma parte da cidade. Nós estamos pegando e construímos uma política abrupta a partir de todas as contradições. Porquê? Porque eu não sou inocente de ficar imaginando que consigo realizar a assembléia o tempo todo, construindo o que estava melhor, tem que fazer e-mail (inaudível), nós deixamos de curtir depois de toda essa compulsão; tem que ser dada uma prerrogativa do poder executivo para tomar decisões e fazer sim a política pública. Isso é ato discriminatório que está dentro da Constituição. Também desejo dizer que não só a mim e existe em Lei da deputada federal Cristiane Brasil que não consegue transformar uma realidade de uma BMW para uma “pomba santa” e civilizatória. A lei é da deputada Federal Cristiane Brasil porque ela tem duas leis e tem dificuldade de se fazer na sociedade porque é profundamente desigual e absolutamente preconceituosa. Teve agora um preconceito religioso de um guarda municipal, em relação a uma pessoa por causa de filhos de Candomblé. Disse que contestou! Qual foi a lição, porque é preto e umbandista. É isso. Esse é o problema. Nós devemos construir uma política de respeito. Não é igual a Residência Terapêutica porque está trancada lá sem expor nada lá, nós oferecemos bolsas de trabalho vão ter um salário-mínimo no bolso, inicialmente. Incentivo aquela mulher é através das bolsas, no segundo mês, se usar ficará com a mesma bolsa, mas se ela continua lá, ele cai um terço desse valor. A ideia é produzir fórmulas simples que as pessoas possam se reestruturar. Lógico que não é inocente, que não pode ficar em cima de outro discurso o dia inteiro. As pessoas andam nas ruas com baratas e ratos passando por cima delas. Deseja que os vizinhos deem

comida para seus vizinhos na hora que quiseram, pois não é sua família que tem problema e não ajuda a instituição. Fazemos dez estruturas e cada uma para cinquenta pessoas. Disse que encontram CAPSI quem ajuda está na instituição; os Senhores vão me desculpar, mas eu tenho uma coisa que é importante: não dava tempo para esperar o CMS.RJ e a sua Comissão Executiva para pautar e apresentar no próprio CMS.RJ; para criar a lei desse CMS.RJ que não sai mais hoje. Exatamente por dentro dessa política, mas efetivamente nós precisamos cumprir isso, ir em praça pública. Estamos tentando avançar com essa lógica outra vez. O **conselheiro Edmilson** informou que é servidor de Nova Iguaçu e que é Assistente Social. Que está diretamente como diretor do SASERJ. Disse que é com surpresa que a gente recebe esse Programa e que veio para nós dentro do SASERJ. Historicamente a população em situação de rua está sendo bem cuidada e demandado como não estivesse externa, mas nós não estamos vendo nada ser feito pela Assistência. A gente briga não só para os trabalhadores, mas pelos equipamentos para que possam melhorar junto com o Gestor na melhoria. Tem os abrigos não só do Rio de Janeiro, como no Brasil. Que estão vendo o lado do trabalhador que o Dr. Hugo falou dessa má-fé institucional. Muitas das vezes os profissionais estão atendendo e esperando o Programa começar e que vai anunciar. Mas o usuário não volta para fazer o cadastro único e não recebe o documento. Não pelo trabalhador é porque as vezes o Gestor que veio não tem recursos. Então tem que explicar ao usuário e a gente acaba levando a culpa. Então briga com o Gestor municipal, estadual e federal. Disse ter que se posicionar para pensar melhor sobre esse Programa, nesse tempo de recurso, de onde veio o recurso, pois estão brigando para melhorar os equipamentos da assistência social e os recursos estão por aí. Que não estão conseguindo porque foram na Promotoria para saber do recurso e a promotora implicando os gestores. É difícil para a Promotora Pública e tem que pegar os gestores porque tem várias formas dos gestores saírem. Então para mim é vergonhoso ver que é da Assistência os equipamentos e que não tem o bônus para os usuários, talvez ver uma população saindo da Assistência e migrando para a Saúde. Temos que estruturar a Assistência a nível Municipal, Estadual e Federal. E nós temos recursos? Nem conseguem pegar dez parlamentares, o que não chega para melhorar a estrutura. Essa interface que dá custeio a Saúde e a Educação também tem que ser trabalhada. Que não sabe se sai ou se tira do Programa. É só tramitar a Assistência e jogar para a Saúde é algo seu. Quando tem enchente promete um monte de projetos. Quando reduz, o que está na praça, somos nós que atendemos, mas não conseguimos porque querem que leve no colo. A **usuária Gabriela** disse (inaudível) que a gente atua na pauta das pessoas de rua e que viu várias vezes a apresentação, realmente linda. Mas o que a gente vê é uma tristeza. Por exemplo, deseja saber que lá tinha a fase cinco, chega a moradia normal e o vestido. Quantas pessoas que foram ouvidas pelo Programa chegar nessa fase com o clamor de todos os coletivos e de todos os envolvimento de preocupação em situação de rua é justamente a moradia (inaudível). Outra coisa também é a informação para aguardar a internação compulsória. O prefeito está certo

porque não é internação compulsória, seria uma internação involuntária. E a Defensoria Pública é contra a política de internação involuntária, que não era prevista em Lei. Prevista em lei, se for da forma da Lei determina tem efeito, mas é involuntário. A proposta do prefeito é higienista. Fato! O **Dr. Hugo Fagundes** disse que a Senhora Gabriela tem razão com relação a situação de internação compulsória. Disse que participou da discussão do Projeto livre. A salvaguarda de internação compulsória e a internação involuntária se deu para garantir os direitos. No caso da compulsória porque um sujeito que comete um crime e na hora do ato do crime não tem noção que é crime o que está cometendo. Então ele pode ser considerado imputável. Antes disso acontecer e para evitar que ele fosse parar na massa carcerária, garantiu-se uma internação compulsória para protegê-lo. Essa lógica é de proteção. O prefeito usou um argumento inviável, pois não tem cabimento a internação compulsória nem coletiva. E a gente tem que ouvir para fazer outra coisa porque esses espaços são vários e estão abertos as pessoas que entram e saem de madrugada. Está longe deles serem bobos, não são. Nas Residências Terapêuticas tentou-se fazer isso para mais quatrocentos pessoas. Nós estamos falando de duas mil e quatrocentas pessoas. Disseram que tem uma república. O decreto saiu no dia vinte de dezembro. Se em vinte dias nós conseguimos mostrar aquela estrutura para tirar as pessoas do verão absurdo do Rio de Janeiro e colocar a estrutura de suporte para proteger as pessoas, essa é a lógica. Nós conseguimos alcançar e fizemos isso com o tempo do contrário da Saúde Mental. Um colega de outro sindicato deixa falar de você e não tem nada a ver com o SAMU, PAX e da Assistência Social. Pelo contrário, a Assistência Social foi que fez esse desenho. Um dos contêineres é da Assistência Social. Em toda porta de entrada com a população de rua se dá pela Assistência Social que distribui para os dois mil abrigos. Agora vamos entrar com um Programa de colcha de trabalho e fala para o secretário para desenharmos uma estratégia única. Nós estamos cumprindo uma política pública. Lógico que a gente faz aos pedaços e que não dá de uma hora para outra os recursos desejados. Estamos montando uma estrutura. É impossível tirar recursos da Assistência Social. São recursos da SMS. A acusação que se fez é que estava no jornal para cuidar dessa população. Só que nós estamos com ativos cobrados para poder realizar. Quando você desenhou esse tema de coloração para tirar um dispositivo é um tipo de minuta de contrato talvez; o parceiro, como seriam recebidos, pensar moderado; estamos construindo um caminho que é o conjunto de toda necessidade de acompanhar a execução orçamentária que está no painel de acesso a qualquer pessoa. O CMS.RJ tem como conseguir e se precisar a gente chama gente para vir aqui e apresentar como pesquisar a melhor coisa, pois sei que é muito difícil, mas a gente ensina. A **representante do CDS da AP 1.0, Senhora Mariléa Ormond** parabenizou o Dr. Hugo. Disse que é muito ruim e nós sabemos que a Sociedade organizada tem responsabilidade. Tem o Controle Social também e não participa de nada. Esquecem quem cria o Estado é o povo, não é o Estado que cria povo. O povo não faz nada e depois que já fez, está feito. É muito triste sabermos que nas unidades que falaram, por questões sociais, os

pacientes não tem sua assistência, controle dos medicamentos, não podem ter alta porque andam limpando e não tem para onde ir. Como é isso? Está na população, aquele em situação de rua tornou-se invisível, passa por cima como se não estivesse vendo nada. E aí vem a Gestão querendo solucionar. A gente tem que ajudar buscando a solução da lei, as coisas não são tão simples. Que fica muito triste e acha que a população toda deveria ficar, quando vê um paciente ter alta de um hospital. Ele tem que reclamar por lá no lar dele. A alta dele vai para o mesmo onde foi socorrido, pela ambulância, a rua. Então parabeniza aqui o Consultório na Rua porque pelo menos trocam banho. Que fiscaliza, pega a carteirinha do Conselho Distrital da AP 1.0 e acompanha. Disse que funciona com caridade, com gratidão e com amor ao próximo. O paciente está no Hospital Souza Aguiar com parte do pé amputado e foi socorrido pela ambulância. Após ter sido internado há dois meses voltou ao seu habitat, uma marquise no meio da rua. E todo dia esse profissional do Conselho vai visitar às pessoas em situação de rua para dar a medicação, fazer o curativo e colocar uma bota ortopédica. Entenderam! Aplausos. O **conselheiro Denis da Costa** disse que foi falado que tudo é na canetada, mas vai funcionar, ainda mais uma questão da Saúde Mental que tem tantas outras coisas, por exemplo: no Congresso Nacional, o pessoal caiu e ficou na horizontal depois de conversar com várias damas, inclusive do Judiciário porque tem outras coisas que acontecem contra a lei, inclusive. Então tem que fazer uma coisa mais horizontal, não pode nada do vertical que vem de cima dizendo para todo o mundo. Não vai funcionar. Tem que ser no horizontal com uma conversa melhor porque tem várias coisas pertinentes que vai para o mesmo lugar, conversar com o presidente conjunto nesse processo. A cidade tem que participar. **Ponto Onze:** Comissão de Educação Permanente. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** informou que estamos reativando as comissões temáticas devido a mudança do quadriênio. **Ponto Doze:** Informes das Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Saúde RJ. Prosseguindo, disse que está esclarecendo que a composição das comissões do CMS/RJ será feita na próxima reunião ordinária. Esse item foi mantido na pauta por ser regimental. Essas comissões serão reativadas em breve. **Ponto Treze:** Informes dos Conselhos Distritais de Saúde. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** perguntou se algum conselheiro presente quer passar o seu informe. A **conselheira Nancy dos Santos Senhor** (AP 2.2) disse que está convidando todos para ir a reunião, amanhã, do CDS da AP. 2.2, rua Conde de Bonfim onde tem a Subprefeitura. O Tema de amanhã é sobre o Autismo. O horário é das catorze horas às dezessete horas. **Ponto Catorze:** Informes dos Presidentes. A **Presidente** do CDS. 2.1, **Maria Edileusa Braga Freires** disse que amanhã também será a Plenária do Colegiado da 2.1 porque tem uma apresentação sobre a Rede. O **Presidente Osvaldo Sérgio Mendes** informou que nós e a Comissão de Gêneros, Raças e Etnias do SINDSPREV/RJ farão um ato em frente ao Tribunal de Justiça no dia dezoito a partir de uma hora da tarde. O ato se chama Justiça por Cláudia da Silva Ferreira que foi a mulher arrastada por trezentos e cinquenta metros pelo “camburão” entre Madureira e Campinho há trezentos e cinquenta

quilômetros. Informou que desconhece quem julgou os policiais e ex-policiais, absolvendo-os dizendo que atuaram em legítima defesa. Mas não podemos nos calar nesse absurdo. Por isso, estamos fazendo esse ato pedindo justiça não só para Cláudia da Silva Ferreira, mas para Marielle Franco e vários outros e tantas crianças que morreram pelo Estado do Rio de Janeiro e os assassinos ainda estão ainda impunes. Palmas! **Ponto Quinze:** Informes da Secretaria Executiva. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** disse que estão com o tempo muito pequeno para tratar sobre o que veio ao CMS.RJ, do Estadual, do Regional e do Municipal. Informou que está sendo organizada a Conferência de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde. É o Tema Nacional em que umas das etapas é uma Plenária Municipal ampliada. Conseguimos somente hoje, o Auditório do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira. O Evento ocorrerá, quarta-feira, dia 24, pós-feriado e ficaremos o dia todo. Então vamos conversar antes. Os conselheiros municipais automaticamente garantiram as quarenta vagas e, óbvio, que essas vagas vão para os quarenta conselheiros que estão inscritos para participar dessa etapa municipal. Portanto, gostaria que os Senhores se organizassem e entrar em contato pelo grupo. Faremos com calma os Eixos e puxar uma reunião antes. O que atrapalhou foi o feriado do dia 23/4 e o ponto facultativo do dia 22/4. Peço que os Senhores anotem em suas agendas o dia 24/4 para participar dessa etapa da Conferência que é a municipal. Em seguida virá a regional, a estadual e a nacional. Portanto, no dia 24/04/2024 teremos a Conferência Municipal de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde das 8 horas às 17 horas. Por isso, colocaremos no grupo e assim todos estarão automaticamente inscritos para darmos continuidade ao tema. O **Presidente Osvaldo Sérgio Mendes** informou que iremos daqui a pouco fazer o encerramento da reunião. O nosso fotógrafo está aqui para fazer o registro da primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde com o início do Quadriênio 2024-2027. Por isso, peço aos presentes para que se desloquem até a Mesa, inclusive o Senhor, Dr. Hugo. **Ponto Dezesseis:** Informes da Gestão da SMS. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** informou que esse ponto não será possível porque a conselheira Liliane se encontra de férias. **Ponto Dezessete:** Informes do Colegiado. Prosseguindo, disse que não há informes e que dará por encerrada a reunião. Em seguida, o fotógrafo fez o registro coletivo dos presentes. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às dezessete horas e trinta e nove minutos, e eu, **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com o Presidente deste Conselho, **Osvaldo Sérgio Mendes**.

Marcelo Dionízio Gomes

Conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes